



## Uma aproximação do conceito de política

Somos seres políticos, pois a política faz parte da vida humana. É um instrumento de transformação da sociedade. O seu conceito não se restringe somente ao âmbito do Estado. O significado vai muito além, pois ela abrange todas as relações sociais. A política se encontra no nosso cotidiano, surge com a própria história, desenvolve-se através de uma realidade em transformação constante. Assim as práticas políticas ocorrem independente dos atos serem oriundos de governos, tribunais, parlamentos ou partidos. Não se restringe somente a eles, mas refere-se a toda forma de organização e luta.

Por essas razões, quando se trata de política,



não se chega a um único conceito. Há política no cotidiano dos partidos políticos, nas lutas diárias das associações de bairros, de sindicatos ou dos movimentos estudantis. Todos esses agrupamentos são identificados como agentes políticos. Eles vão representar os interesses de grupos pertencentes à sociedade. Sejam os interesses de moradores de um bairro, os anseios de um coletivo de trabalhadores ou de estudantes. Todos eles fazem política. Então, essas manifestações são expressões de demandas coletivas.

São esses agentes que “constituem a sociedade por meio de sua organização em torno de interesses sociais, que desta forma passam a se desenvolver com objetivos políticos [...] estes agentes representam interesses da sociedade e não respondem a demanda do Estado. Baseiam-se na sua **estrutura social** para serem agentes, e não no que lhe oferece a política institucional do Estado” (MAAR, 1998, p. 51). Logo, compreende-se que os agentes procuram atender às necessidades de um grupo, e suas questões sociais, independente de financiamentos ou apoio governamental. O posicionamento dos cidadãos e o seu envolvimento nas questões sociais é um mecanismo de mudança da realidade social. Sua organização é um ato

governamental. O posicionamento dos cidadãos e o seu envolvimento nas questões sociais é um mecanismo de mudança da realidade social. Sua organização é um ato político, independente da política institucional, burocrática.

A política feita fora dos espaços formais pode ser observada em diversos movimentos de nossa história (local ou nacional). Como as Diretas Já (1983-1984), que contou com uma grande participação dos movimentos estudantis, que caminharam juntos com sindicatos, partidos, jornalistas, artistas, entre outros coletivos sociais. Todos lutaram juntos para reivindicar eleições diretas para presidente e opor-se ao regime ditatorial da época. Apesar de não ter sido aprovada a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) das eleições diretas no ano de 1984, foi um importante movimento que influenciou o rumo da política nacional. Muitas conquistas foram alcançadas através da luta dos movimentos. E, atualmente, estão ativos e procuram lutar por suas causas comuns.

Portanto, política não se restringe somente a um conceito e não possui um lugar específico para realizar-se. É importante abandonar a ideia limitada de política restrita a partidos e governos. Trata-se de um conceito bem mais abrangente. E debater sobre o que é política é importante justamente para que se possa quebrar os estereótipos em torno desse tema. Assim, poderá enxergá-la nos mais diversos atos, decisões e posicionamentos, pois todos compreendem dimensões da política.

## O jovem não gosta de política?

Dizem que o jovem não gosta de política. Você tem essa mesma percepção? A sociedade, em sua maioria, tem presenciado em jornais e redes de



comunicação um vasto campo de informações sobre a situação política em que o mundo se encontra: corrupção, salários elevados dos altos postos (legislativo, executivo, judiciário), não cumprimento de propostas, etc. Todos, influenciados por esses fatos, podem desenvolver uma descrença no processo

político do seu país. Se o jovem só conhece maus exemplos, o descrédito sobre política pode naturalizar-se.

Nota-se que uma grande parcela dos veículos de comunicação é infeliz em mostrar apenas pontos negativos da política. Um dos grandes pensadores da **Sociologia Compreensiva**, Max Weber, através do seu livro "Política como vocação", diferencia dois tipos essenciais de políticos. Os que vivem para a política, que representam o **tipo ideal** no âmbito político, e, os que vivem da política, aqueles que estão na esfera política por interesses (trocas de favores, corrupção, nepotismo, entre outros). Essa análise de Weber elimina essa concepção generalizada de que todo político é corrupto e a sociedade pode acreditar na política e criar mais estímulos para a juventude. Política não é apenas corrupção ou consumação de interesses de uma minoria, ela também é construção social.

Uma pesquisa feita pela União Nacional dos Estudantes (UNE), em 2013, sobre o interesse de jovens pela política conclui que 54% dos entrevistados consideram a política "muito importante". E outros 29%



a consideram "mais ou menos importante". Apenas 16% consideram a política "nada importante". Esses dados contribuem para desconstruir essa compreensão do senso comum de que jovem não valoriza a política.

Na pesquisa coordenada pela Secretaria Nacional de Juventude, a investigação "Agenda Juventude Brasil 2013", jovens apontam duas formas de atuação que podem ajudar a mudar ou a melhorar as coisas no Brasil. Nesta, 45% acreditam que a "participação em mobilizações de rua e outras ações diretas" seja uma delas. A esse dado, por si só revelador, se somam 44% de menções à "atuação em coletivos que se organizam em torno de uma causa" e 35% à "atuação em conselhos, conferências, audiências e outros canais de participação desse tipo". Outros 34% incluem a atuação via "internet, opinando e cobrando políticos e governantes" e 30% referem-se à "atuação em partidos políticos" como forma de ação política para melhorar a situação do país.

No final de 2015, estudantes de movimentos secundaristas voltaram a fazer parte do noticiário político brasileiro após ocuparem escolas e prédios públicos em São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás, mostrando que é de suma importância que escolas promovam debates sobre a participação política entre os jovens. É mostrar o valor e o direito de votar aos 16 anos e, dentro do ambiente escolar, promover votação para grêmios estudantis, tornar o espaço escolar um local que ajude não só o estudante a apreender conhecimentos, mas também, mostrar e viver seus direitos e deveres como cidadão. Outro exemplo é a discussão sobre a medida provisória 746/2016 que causa impactos na educação. É uma "reforma" que pretende flexibilizar disciplinas e tornar a Filosofia, Sociologia, Educação Física, Arte e Espanhol como disciplinas não obrigatórias. Ou seja, procura retirar matérias que fomentam outros olhares sobre a realidade, mais racionais e problematizadores, e tornar o ensino básico mais **tecnicista** (a escola adota um modelo de disciplinas técnicas para uma adequação da educação às exigências da sociedade moderna).

Pelo mencionado, é notório que o interesse da juventude por política e participação está crescendo. É fundamental para a sua formação como cidadão. Muitos jovens participam de coletivos de igrejas, escolas, bairros e não sabem que aquele meio de relações é um ato político. Estatísticas mostram esse maior interesse dos jovens como agentes de transformação da sociedade.



## A política pelo olhar da juventude

O jovem é protagonista de importantes movimentos sociais na história do país, comodurante a Ditadura Militar, opondo-se a esse regime político. E ainda possui expressiva participação política, de acordo com o que foi observado nas manifestações que ocorreram em junho de 2013 que levaram cerca de um milhão de pessoas às ruas em todo país (Folha de S. Paulo, 21/junho/2013), tendo significativa participação e organização de uma juventude que até então era considerada inerte em relação à juventude do passado.

Dessa forma, devido a essa participação pouco ocorrer de forma convencional, ao buscar novos espaços de atuação como as redes sociais, acredita-se

que a nova geração de jovens não se interessa por política. Isso revela um desentendimento na sociedade do que vem a ser política e as diversas formas de se envolver nela. É um equívoco falar em desinteresse após as proporções das diversas manifestações que ocorreram em junho de 2013 e mobilizações menores, mas não menos importantes, que estão ocorrendo cada vez mais.

Para o filósofo Aristóteles, o homem é um ser social e político. Social, por necessitar viver em comunidade, e político, pois não lhe é possível viver fora da sociedade organizada. Assim, através de Aristóteles, pode-se compreender que a política não é algo que está alheio a nós, mas que faz parte da nossa vida. No entanto, diferentemente de Aristóteles, política não se resume à participação na organização da sociedade: muitas vezes, expressões políticas vêm demonstrar as desigualdades e contradições na busca de construir outra ordem social. A política é parte inerente a qualquer indivíduo, pois toda manifestação, mobilização e posicionamento são expressões políticas.

Logo, no cenário de descrédito na política formal e falta de confiança nos representantes, os jovens buscam produzir novas formas de atuação. As redes sociais demonstraram ser uma ferramenta eficaz tanto para manifestação virtual, quanto para convite às ruas. Do mesmo modo, as ocupações de espaços públicos, na busca de serem notados e ouvidos. Há também ampliação e diversificação da formação de coletivos juvenis: um meio de participação considerado por eles mais eficaz e autônomo em relação às instituições tradicionais, como partidos políticos.



Os jovens envolvidos nesses coletivos estão em busca de se fazerem ouvir nos espaços tradicionais de atuação política, por seus representantes, mas também fora desses espaços. Eles, cada vez mais, estão crentes de que a conquista de direitos e melhorias na vida social se dá através da sua mobilização, da sua luta por alguma causa comum. Enaltece, mais uma vez, a necessidade de se desvincular o conceito de política da participação forma

formal em partidos ou através de voto. Compreende, assim, que o seu posicionamento faz diferença e que também é responsabilidade sua os rumos da vida social.

Por outro lado, não podemos defender que toda participação política da juventude representa um anseio de mudança da ordem social instituída, pois se trata apenas de um estereótipo atribuído à juventude. Isso seria negligenciar a existência de coletivos juvenis conservadores, que reafirmam a ordem vigente, como por exemplo, alguns coletivos juvenis religiosos ou organizações juvenis que disseminam preconceito e intolerância.

Logo, a participação juvenil, nas mais diversas formas, demonstra que o jovem se interessa por política e acredita na importância de sua atuação. Não há a necessidade de que os jovens sejam sempre revolucionários, na maré contrária em busca de mudanças, mas apenas que sejam politizados, que compreendam as conjunturas políticas na qual estão inseridos e se posicionem em relação a ela. A responsabilidade da participação política é de todos.



Os jovens estão cada vez mais conscientes de que sua manifestação também é relevante e decisiva.

## Política e juventude em movimento

No atual cenário de crise política e novas perspectivas governamentais (ou não), há inúmeras questões envolvidas na discussão política que precisam ser entendidas e **desnaturalizadas**. Como por exemplo, as ideias da teoria elitista que acredita que a esfera política não foi feita para todas as pessoas. Para o cientista político Gaetano Mosca, “existe sempre uma minoria que é detentora do poder em detrimento de uma maioria que dele está privado” (1923). E esse domínio sobre o poder e sobre a tomada de decisões acontece, segundo o autor, por essas minorias possuírem maior capacidade de organização. Faz-se necessário, dessa forma, que a política seja protagonizada por outros atores e segmentos sociais excluídos e que se possa ampliar o debate sobre esse

Logo, deve-se ultrapassar os limites de uma política formal institucionalizada, que é firmada na ideia de representação. A democracia representativa acredita que um representante eleito tem capacidades de falar, agir e decidir em “nome do povo”. Contudo, essa forma política, há algum tempo, vem se mostrando cheia de falhas, pois existe um ciclo de dominação da elite e muitos governam em nome de seus próprios interesses. Dessa maneira, a democracia participativa, que acredita que existem formas mais efetivas no exercício do poder político e que política não se reduz a voto, tem ganhado mais visibilidade. Nesse contexto, a sociedade tem se mostrado cada vez mais interessada nessa temática e a juventude é uma das grandes protagonistas. O segmento estudantil, parte desse universo da juventude, apresenta-se cada vez mais politizado e vem ganhando destaque. A participação política estudantil ultrapassa, muitas vezes, as visões negativas e os preconceitos que surgem a respeito de sua atuação. Esta tem cada vez mais ampliado seu entendimento além dos muros das escolas. Ultrapassa os muros das escolas em busca de mais entendimento e discussão sobre política, direitos, cidadania, projetos de sociedade etc.

Esses movimentos foram encabeçados pelos próprios estudantes, como é o caso da "revolta do buzu" que foi um conjunto de manifestações contra o aumento da tarifa de ônibus que aconteceu em Salvador, no ano de 2003, e, mais recentemente, a



ocupação das escolas públicas do Estado de São Paulo (2015). Pode-se perceber que o debate político nasce também a partir da necessidade de se lutar pela garantia de direitos e pela formulação de políticas públicas que realmente sejam efetivas e que garantam um mínimo de **seguridade social**. O movimento estudantil torna-se uma plataforma de discussão política que tem proporcionado o crescimento da participação de estudantes e vem desnaturalizando o modo de se pensar política.

As escolas devem, dentro das suas possibilidades, buscar mecanismos para inserir cada vez mais os estudantes no debate político, pois somente assim formam-se cidadãos que lutam por seus direitos.

A ampliação da participação política estudantil é um instrumento provocador de mudanças que pode trazer benefícios para a educação e, em extensão, para toda a sociedade. Nesse contexto, conscientização e participação política são instrumentos transformadores que colaboram com a formação de sociedades plenamente democráticas.

## Grêmios estudantis e formação cidadã

Você leitor, já se perguntou sobre a importância de um movimento estudantil? Pois é, essa pergunta tem estreita relação com a luta diária de estudantes que correm atrás de seus ideais e da melhoria no campo da educação e da própria sociedade. A consciência lapidada faz o seu diferencial. Através desses movimentos o jovem expressa coletivamente sua voz e seus desejos, não só políticos, mas também culturais e afirma seu lugar na sociedade.

Esses movimentos são de suma importância para a área da educação. Tratam-se de coletivos que se reúnem, se conhecem e se fortificam em busca dos anseios da juventude. Movimentos que desenvolvem lutas e fomentam uma consciência política, no qual os estudantes são os próprios sujeitos.

Entende-se movimentos estudantis como grupos organizados por estudantes, nos quais os mesmos tomam a frente, organizam-se por causas em que acreditam e que possam reforçar ou promover mudanças como: melhores condições de ensino, liberdade de expressão e defender os direitos de todos os cidadãos. Assim esses jovens constroem sua consciência política, mesmo que alguns não tenham



ciência da mesma.

Nas escolas, os chamados grêmios estudantis são um espaço de propagação da voz e atuação dos alunos. Através deles os estudantes podem realizar diversos projetos como: palestras, campeonatos esportivos e atividades que envolvam os pais, a comunidade e componentes do corpo escolar.

Muito mais que uma ferramenta, o grêmio estudantil proporciona ao estudante uma chance de atuar como cidadão, podendo relacionar suas experiências na escola com as de suas comunidades. Ao envolver ações que vão além das paredes da sala

aula e mexem com a consciência da comunidade em que vivem, seus integrantes reconhecem a importância e legitimidade da participação política.

A Lei nº 7.398 (1985), conhecida como Lei do Grêmio Livre, é um instrumento jurídico que garante “a organização de Estudantes como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas esportivas e sociais”. Baseada nela, os agrupamentos estudantis podem criar suas organizações em escolas a partir da aprovação do estatuto social do grêmio estudantil (modelos deste podem facilmente ser encontrados na internet). Este é um documento que estabelece normas de funcionamento, regula as eleições, a composição da diretoria bem como estabelece princípios gerais que norteiam a atuação desse coletivo.

Os movimentos estudantis proporcionam um contato maior do aluno com a cidadania e política, sendo importante na construção de uma consciência crítica e de um cidadão ciente da possibilidade de suas ações. Por meio deles, os estudantes podem defender seus interesses e tentar modificar a realidade dentro e fora do universo escolar. Dedicar-se ao movimento estudantil é, no fim das contas, lutar pela educação e pela sociedade que se acredita, por uma sociedade mais justa e democrática.

## A escola como espaço político

Coisa chata é escola, né? Todo dia seguir o mesmo ritual: banhar, vestir-se, preparar a mochila, pegar o caminho, atravessar portão, a porta, outra



porta, corredor, sala, cadeira e ponto. Ali permanecemos sentados, recebemos enxurradas de conteúdos com todos os estudantes alinhados diante do professor. Assim a percebemos e, principalmente, porque assim a praticamos. Afinal de contas, a escola é só isso? A escola serve para quê?

Ainda hoje o espaço escolar é tido como há 30 anos ou mais: um local fechado onde os alunos vão para ser disciplinados e instruídos em muitas disciplinas e “possam ser alguém na vida”. Mas que alguém é esse que a escola forma? E que alguém é esse que você deseja ser no futuro? Estes dois sujeitos seriam a mesma pessoa? Alguém já questionou se está satisfeito com o modelo de escola do qual faz parte

ou se a enxerga de uma forma diferente?

O *alguém* que todo estudante quer ser vai além das formas e normas que a escola tradicionalmente nos traz até hoje. Somos treinados para alguma profissão importante e digna. Porém, antes de sermos qualquer profissional, somos e devemos ser o sujeito que vai além daquele que uma parte da sociedade quer que sejamos: um sujeito pensante, com consciência, percepção política e com a capacidade de mudar o mundo à nossa volta. O futuro da sociedade através do jovem só é possível de ser construído a partir desta percepção intelectual.

A escola é um espaço de convivência social, sociopolítico. Diferentes religiões, etnias, conhecimentos, realidades de vida, experiências e emoções estão ali. E por possuir esse caráter, ela deve promover a discussão política (diferente de ligação ao partidário político e política eleitoral que conhecemos). Ela deve se constituir como espaço de fomento à participação coletiva e provocar no aluno a capacidade de se questionar e **empoderar**. Essa capacidade da escola, infelizmente, vem sendo dirimida por projetos de leis. Um exemplo é a *Escola Sem Partido*, Projeto de Lei 867/2015 que pretende



incluir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, por exemplo, a ideia de livrar “estudantes da contaminação político-ideológica das escolas brasileiras em todos os níveis: do ensino básico ao superior” (<http://www.escolasempartido.org/quem-somos>)

A Constituição Federal garante que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (art. 205). Ainda, reafirma que “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (...) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; as universidades gozam de autonomia didático-científica (...); promoção humanística, científica e tecnológica do País” (art. 206, Item II, III; art. 207; art. 214, Item V da CF).

Discussões em sala de aula são necessárias para a construção de um sujeito autônomo e livre para pensar e agir. Sendo assim, o projeto de lei *Escola sem*

-partido se posiciona contrariamente a professore(a)s que promovem discussões em sala de aula, pois as mesmas podem provocar, como citado acima, a “contaminação político-ideológica” dos estudantes de todos os níveis de ensino. Assim, a educação brasileira, que já sofre com baixos investimentos e com conteúdos disciplinares pouco atualizados, pode colaborar com a construção de uma escola que possui uma participação e envolvimento sociopolíticos cada vez menores, restringindo-se a um centro de “preparação” para vestibulares e mercado de trabalho. Afinal de contas, onde o estudante poderá estabelecer um senso e pensamento críticos se a escola impede que ele conviva com a diversidade de posições e pensamentos? E é justamente esta diversidade que permite à criança e ao jovem ter uma compreensão mais abrangente sobre o mundo do qual fazem parte. E aí é que a escola ficará realmente chata.

## Coletivos juvenis

Os coletivos juvenis no Brasil, historicamente, atuam de duas formas. Primeiro, nos campos mais institucionalizados ou na vida cotidiana, buscando levar suas mensagens para os espaços públicos onde geralmente a população não tem contato ou espera receber determinado tipo de informação. Um trabalho feito por Silvia Helena Simões Borelli e Ariane Aboboreira, em 2011, intitulado “*Teorias/metodologias: trajetos de investigação com coletivos juvenis em São Paulo/Brasil*”, identifica quatro tipos de relações mais evidentes nos coletivos. “Coletivos extra institucionais que não buscam, ou mesmo recusam, conexões institucionais como justificativa para afirmação de independência e autonomia” (BORELLI e ABOBOREIRA, 2011, p. 165). Como exemplo, temos o Movimento Passe Livre (MPL), fundado numa plenária do Fórum Social Mundial, em 2005, em Porto Alegre, que tem como principal reivindicação a adoção da tarifa zero para o transporte público.

Segundo, coletivos que se relacionam a diferentes ordens de institucionalidade governamentais e não governamentais. Participam de editais e concorrências para a realização de suas atividades político-culturais e recebem auxílios. No Brasil, temos algumas leis de incentivo à cultura. Uma delas é a conhecida Lei Rouanet (Lei n.8.313 de 23 de dezembro de 1991) que leva em conta diversos aspectos para autorizar a captação da verba que vem



do setor privado (pessoa jurídica) ou do cidadão (pessoa física), onde os apoiadores ganham desconto no imposto de renda. Terceiro, “coletivos juvenis que atuam de forma colaborativa, em suas regiões de pertença, usufruindo indiretamente da infraestrutura já conseguida por outros agrupamentos, por meio de projetos e serviços anteriormente aprovados, pelos mecanismos das políticas públicas voltadas à juventude” (BORELLI e ABOBOREIRA, 2011, p. 165).

Quarto, “coletivos que já desfrutam por um ou dois anos de verbas públicas e permanecem atuando, mesmo quando esse vínculo deixou de ocorrer” (BORELLI e ABOBOREIRA, 2011, p. 166). Alguns



Editais abertos para Projetos Culturais

coletivos juvenis não possuem restrições a incentivos vindos do setor público, pois chegam a um ponto em que os membros não conseguem manter, com os próprios recursos ou vínculos com patrocinadores, suas atividades botando em risco a continuidade do projeto. Os editais são tomados como uma saída para que o coletivo dê continuidade as suas ações.

Alguns coletivos têm a internet como principal meio de divulgação, outros buscam campos mais abertos, valorizando a presença e o contato humano de forma que se tenha um resultado imediato. A atuação de forma colaborativa é uma alternativa, pois aqueles que trabalham com ocupações de lugares abandonados ou pontos esquecidos dos grandes centros urbanos, convidam artistas de diversas áreas para contribuir com o sentido da ocupação. Esse é o caso do Salve Rainha, coletivo artístico de Teresina, que, num período de dois anos, já esteve na Praça Ocílio Lago, na zona leste, calçadão da rua Simplício Mendes e no antigo prédio da Câmara Municipal, no centro da capital. No início de 2016, o Salve Rainha foi realizado na Avenida Marechal Castelo Branco, embaixo da ponte Juscelino Kubitschek, que liga dois extremos de Teresina. Hoje ele tem como local fixo um quiosque no recente inaugurado Parque da Cidadania.

A juventude reinventa-se e encontra outros meios de fazer e manter a participação, relacionando-a com novos meios de expressão. Não se restringe somente a uma reivindicação, o que se vê é a própria iniciativa e aprimoramento dela de acordo com as ferramentas disponíveis. Os coletivos juvenis mostram sua força nessa integração que promove, além da emancipação política, a afirmação de novas identidades. Nos espaços de reflexão, distintas maneiras de enxergar o mundo ganham espaço e voz, atribuindo aos coletivos mais legitimidade e importância.

## Sugestões de vídeo

*O que é escola?* - Lourenço Castanho. Minidocumentário sobre escola feito com estudantes, professores e funcionários do colégio Lourenço Castanho. Énois Inteligência Jovem 6min: <https://www.youtube.com/watch?v=WZ50xEFQSCM>.

*A Escola serve Pra quê?* Um trailer do documentário sobre a função social da escola ou a escola serve pra que? ERDFilmes 9min: <https://www.youtube.com/watch?v=3JZzSed3loM>.

*Estudo Errado* (videoclipe Gabriel, o Pensador). Diretor: Odorico Mendes 5min: <https://www.youtube.com/watch?v=l540Ho2qSAk>.

*Sonho do Brasileiro da Política* Direção: Lena Maciel (duração: 6'30"). 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i4K9h0V6QAY>.

## GLOSSÁRIO

**Desnaturalizar:** consiste em questionar tais temas e conceitos e entender a realidade social como fatos dinâmicos e complexos.

**Empoderar:** o ato de empoderar é considerado uma atitude social que consiste na conscientização dos variados grupos sociais, principalmente as minorias, sobre a importância do seu posicionamento e visibilidade como meio para lutar por seus direitos.

**Estrutura social:** refere-se à forma que a sociedade se organiza e define o comportamento dos indivíduos por meio da definição de um conjunto de posições sociais, papéis, instituições, grupos, classes ou outros componentes da realidade social.

**Seguridade Social:** é um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, que tem como meta a proteção da cidadania. Abrange três programas sociais de maior relevância: a previdência social, a assistência social e a saúde.

**Sociologia Compreensiva:** é uma perspectiva da Sociologia que estuda o comportamento dos indivíduos na sociedade a partir dos significados que atribuem as suas ações.

**Tecnica:** o ensino está muito restrito a emprego de regras técnicas que orientam a apreensão de conteúdos previamente definidos voltados para o Enem e outros vestibulares.

**Tipo ideal:** conceito que caracteriza, em linhas gerais, determinados fenômenos sociais, como dominação, ação social, burocracia, etc.

## Referências Bibliográficas

BORELLI, Silvia H. S. e ABOBOREIRA, Ariane. Teorias/metodologias: trajetos de investigação com coletivos juvenis em São Paulo/Brasil. Manizales: Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud (Vol. 9, n. 1, jan-jun2011).

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. *Lei nº 7.398*. Brasília: Presidência da República, 1985.

BRASIL. *Agenda Juventude Brasil: pesquisa nacional sobre perfil e opinião dos jovens brasileiros 2013*. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2013.

MAAR, Wolfgang Leo. *O que é política*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MOSCA, Gaetano. *Elementos de Ciência Política*. Torino: Fratelli Bocca Editora, 1923.

WEBER, Max. *A política como vocação*. Brasília: Nacional; Ed. UNB, 2003.

### EDITOR

Luciano de Melo Sousa

### CONSELHO EDITORIAL

Roberto Álvares Rocha  
Márcia Adriana de Lima Oliveira

### AUTORES

Ariadine Cristine Gonçalves Ribeiro  
Carlos Daniel da Silva Santos  
Jardson Barrinha dos Santos  
João Pedro Alves da Silva  
Joycelane Sousa do Nascimento  
Luciano de Melo Sousa  
Maiara Luisa Mendes Alves  
Mayara Xavier dos Santos  
Marcos Rangel de Sousa Costa

### PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Daniely Cintia Viana de Sousa  
Ohana Luize Alves Lima  
Marcos Rangel de Sousa Costa

### CONTATO

entrelinhassociologicas@bol.com.br

### IMPRESSÃO

Gráfica da FUESPI

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI  
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, ASSUNTOS  
ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS - PREX  
PROGRAMA INSTITUCIONAL EM EXTENSÃO  
UNIVERSITÁRIA - PIBEU

**PREX**  
Pró-Reitoria de Extensão, Assuntos  
Estudantis e Comunitários - PREX